

— Colección *Comunicación y Pensamiento* —

COMUNICACIÓN Y CAMBIO CLIMÁTICO. CONTRIBUCIONES ACTUALES

Coordinadores

Rogelio Fernández-Reyes
Daniel Rodrigo-Cano
Ilza Maria Tourinho Girardi

Autores

(por orden de aparición)

Ilza Maria Tourinho Girardi
Eloisa Beling Loose
Débora Gallas Steigleder
Rogelio Fernández-Reyes
Cláudia Herte de Moraes
Daniel Rodrigo-Cano
Mariana Alves Campos
Maite Mercado
Maria Josep Picó Garcés
Eliege María Fante

COMUNICACIÓN Y CAMBIO CLIMÁTICO. CONTRIBUCIONES ACTUALES

Ediciones Egregius
www.egregius.es

Coordinadores:

- Rogelio Fernández-Reyes
- Daniel Rodrigo-Cano
- Ilza Maria Tourinho Girardi

Autores:

- Ilza Maria Tourinho Girardi
- Eloisa Beling Loose
- Débora Gallas Steigleder
- Rogelio Fernández-Reyes
- Cláudia Herte de Moraes
- Daniel Rodrigo-Cano
- Mariana Alves Campos
- Maite Mercado
- Maria Josep Picó Garcés
- Eliege Maria Fante

Diseño de cubierta y maquetación: Francisco Anaya Benítez

© de los textos: los autores

© de la presente edición: Ediciones Egregius

N.º 67 de la colección Comunicación y Pensamiento
1ª edición, 2020

ISBN 978-84-18167-42-3

NOTA EDITORIAL: Las opiniones y contenidos publicados en esta obra son de responsabilidad exclusiva de sus autores y no reflejan necesariamente la opinión de Ediciones Egregius ni de los editores o coordinadores de la publicación; asimismo, los autores se responsabilizarán de obtener el permiso correspondiente para incluir material publicado en otro lugar.

AMPLIAÇÃO E TRANSVERSALIZAÇÃO DA PAUTA AMBIENTAL NO *JORNAL NACIONAL*

DRA. ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

DRA. ELOISA BELING LOOSE
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

ME. DÉBORA GALLAS STEIGLEDER
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMEN

Vivemos um período de emergência climática global, no qual as questões ambientais tornam-se o centro de debates econômicos, sociais, culturais e políticos. No Brasil, mudanças em torno das políticas ambientais, promovidas pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, desde a posse, também contribuem para o aumento da visibilidade da pauta ambiental (e, de forma específica, climática) no debate público, seja no cenário nacional, seja no internacional. O nosso trabalho se debruça sobre as notícias veiculadas nos primeiros seis meses de 2019 no *Jornal Nacional*, principal noticiário da *Rede Globo* e referência em telejornalismo no Brasil, a fim de verificar a frequência e o enfoque das notícias sobre ambiente divulgadas por um dos programas mais assistidos no País. Também nos detemos a mapear as conexões com o campo climático expressas nas notícias. Nossa hipótese é de que o meio ambiente se tornou pauta constante e transversal, algo que foge à regra do que a literatura na área aponta. Metodologicamente, o trabalho é orientado a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), em suas abordagens qualitativa e quantitativa. Os resultados preliminares confirmam a nossa hipótese, apresentando notícias relacionadas ao meio ambiente em quase todas as edições de janeiro a junho de 2019. Logo, o jornalismo sobre meio ambiente analisado ultrapassa os ganchos clássicos, de denúncias, desastres ou efemérides, mostrando-se mais alinhado com o cotidiano dos cidadãos e com as decisões político-econômicas do Brasil. Discutimos ainda como uma série de ações políticas, relacionadas ao incentivo da exploração ambiental e a ascensão do tema das mudanças climáticas proporcionaram um debate mais amplo sobre o cuidado que devemos ter com o planeta no qual habitamos.

PALABRAS CLAVE

Jornalismo, Meio Ambiente, *Jornal Nacional*, Telejornalismo, Políticas Ambientais.

1. INTRODUÇÃO

A motivação desta proposta de pesquisa está relacionada ao contexto político no Brasil em 2019. O então deputado federal Jair Bolsonaro foi eleito Presidente do País em outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos no segundo turno. Em seu plano de governo, divulgado durante a campanha, predominaram frases de efeito contra “grupos de interesses escusos que quase destruíram o país” e a “ideologia de Paulo Freire”. Em vez de propostas objetivas, há apenas menção à segurança pública como prioridade, assim como o combate à corrupção e a adoção de políticas econômicas de Estado mínimo, como programas de privatizações e concessões. No documento, o meio ambiente e áreas temáticas afins sequer são mencionados¹. Somadas a isto, declarações de Bolsonaro enquanto candidato sobre a necessidade de acabar com a “indústria das multas” e sobre possível unificação dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, já geravam a expectativa de organizações da sociedade civil e de pesquisadores sobre uma gestão centrada em desestruturar articulações ambientais consolidadas desde a abertura democrática e a implementação da Constituição Federal de 1988². A repórter brasileira Eliane Brum, radicada na Amazônia há dois anos para cobrir *in loco* o processo de destruição da floresta, relata a intensificação desse movimento com o advento do bolsonarismo:

A floresta amazônica é estratégica para evitar que o aquecimento global supere 1,5 grau Celsius nos próximos anos. Isso não é opinião, é conclusão dos melhores cientistas do mundo, que pesquisam há décadas para compreender a crise climática. Para que o aquecimento global não avance, a floresta precisa ficar em pé. Como manter a floresta em pé se o bolsonarismo se comprometeu a abrir as terras indígenas para exploração? É preciso criar uma ideologia, a de que todo indígena quer ser

¹ O documento tem 81 páginas e está diagramado em formato de apresentação de slides, com uso de ilustrações, títulos e boxes coloridos.com textos em caixa. Disponível em:

https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

² Disponível em:

<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRFWwJIUspFROZIVaNGbKVVB1T> P. Acesso em: 25 mar. 2020.

capitalista. É necessário também afirmar que a mudança climática é um “complô marxista”, como o chanceler de Bolsonaro costuma afirmar, para não encontrar resistência ao entregar a Amazônia em nome do nacionalismo. (Brum, 2019, p.255)

Dado este contexto, partimos da hipótese de que a pauta ambiental passou a integrar a cobertura do mais importante telejornal do Brasil, o *Jornal Nacional (JN)*³, com mais frequência a partir do início do governo de Jair Bolsonaro por conta das ações de desmonte das estruturas de Estado voltadas à conservação dos bens naturais e à assistência a povos e comunidades tradicionais, como os indígenas. Através de estudos anteriores sobre a cobertura ambiental do *JN*, é possível afirmar que o noticiário não propunha uma conexão entre acontecimentos de ordem política e econômica, considerados *hard news*, e seus impactos no meio ambiente (Teixeira, 2014; Brandi, 2018). Além disso, estudos (e.g. Lesting, 2008) sobre a cobertura ambiental no *JN* revelam que a pauta era periférica e, por vezes, superficial, apesar do incremento do assunto a partir de 2007 (sobretudo a partir da ampla divulgação do 4º relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC, e da repercussão do lançamento do filme de Al Gore “Uma Verdade Inconveniente”).

A transversalização da pauta ambiental caracteriza-se como uma demanda constitutiva do campo do Jornalismo Ambiental no intuito de contemplar a complexidade do real nas coberturas jornalísticas, conforme relatado por Girardi, Schwaab, Massierer & Loose (2012). À época, estes autores identificavam a necessidade de repensar a prática nas redações “[...] para que meio ambiente passasse de exceção a tema

³ É o principal telejornal da Rede Globo e está no ar desde 1969, com transmissão para todo Brasil. Tem cerca de 45 minutos de duração e faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo. De acordo com a aferição semanal de audiência realizada pelo IBOPE Kantar Media em 26 de julho de 2020, JN se mantém como a terceira atração televisiva mais assistida em todo o Brasil no horário nobre, atrás apenas de duas produções dramatúrgicas da mesma emissora, sendo portanto o programa jornalístico de maior audiência do país. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-20-07-a-26-07-2020/>. Acesso em: 01 ago. 2020.

transversal no fazer jornalístico” (p.145). Esta orientação está associada ao pensamento ecológico que compõe o paradigma da complexidade. Segundo Morin (2011), enquanto a ciência ocidental consolidada tende a isolar e dividir o objeto, a ciência ecológica representa a tomada de consciência sobre a relação entre a humanidade e a natureza viva através de uma perspectiva transdisciplinar, que busca “[...] integrar sempre o meio ambiente, inclusive mesmo no conceito de mundo” (Morin, 2011, p.52).

A mudança de paradigma torna-se urgente no cenário de crise ambiental e climática, em que as conexões entre os fenômenos se tornam evidentes para toda a humanidade. Tal contexto é consequência do processo de transformação da natureza em mercadoria e da sobrecarga da Terra em prol de uma abstração civilizatória, risco que os povos originários sempre identificaram na postura do colonizador, conforme o filósofo indígena brasileiro Ailton Krenak:

Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo: 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos essa abstração da unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com a qual se identificam, agindo no mundo à nossa disposição, pegando o que a gente quiser. [...] Os quase-humanos são milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta. E por dançar uma coreografia estranha são tirados de cena, por epidemias, pobreza, fome, violência dirigida. (Krenak, 2019, p.69-70)

À medida em que as gerações atuais sofrem os efeitos cumulativos de um sistema exploratório que perdura por séculos, atores sociais como o jornalismo já não podem mais considerar a questão ambiental como preocupação supérflua. Conforme identifica Brum (2019), a emergência climática é, inclusive, uma pauta capaz de mobilizar a humanidade para um objetivo comum. E, por isso, de acordo com a jornalista, é também capaz de estimular o surgimento de ondas negacionistas, lideradas por representantes da extrema-direita populista, que consideram ameaçada sua autoproclamada prerrogativa de devastar a Amazônia - com a

invasão das terras indígenas, as áreas mais preservadas da floresta, para a realização de um ciclo de atividades econômicas predatórias, da pecuária à mineração - em nome de uma suposta soberania nacional.

2. A COBERTURA AMBIENTAL NO *JN*

Nesta seção trazemos alguns resultados de pesquisas que propuseram o estudo sobre a cobertura ambiental no *Jornal Nacional* a partir de diferentes enfoques. Lestingue (2008), ao se debruçar sobre edições de 2007, identificou que 5% do tempo total de conteúdos eram relacionados ao meio ambiente, o que representava a conquista de um espaço que antes era ainda mais limitado. No entanto, nas conclusões, o autor aponta que, no caso do aquecimento global, por exemplo, as causas e formas de enfrentamento não são explicitadas, utilizando uma linguagem alarmista e muito mais orientada para as consequências.

Em estudo mais recente, Brandi (2018) propõe observar a distribuição dos conteúdos sobre meio ambiente veiculados entre 2016 e 2017 por editoria, macrotemas e microtemas. Já Teixeira (2014) e Carvalho (2018) delimitam o estudo a partir de acontecimentos de grande repercussão - respectivamente, a tramitação do novo Código Florestal Brasileiro no Congresso Nacional, em 2012, e o rompimento da barragem de rejeitos de minério pertencente à empresa Samarco, ocorrido em novembro de 2015 no município de Mariana (no estado de Minas Gerais). Apesar dos diferentes objetivos e metodologias, tais pesquisas têm como ponto de convergência a identificação de ausências significativas na cobertura desse telejornal.

Brandi (2018) observa, no período estudado, a predominância do agendamento de microtemas de caráter factual, com a repercussão de ocorrências naturais e provocadas, sem debate ou contextualização sobre questões como temperatura e mudanças climáticas, agroecologia, urbanismo e resíduos sólidos. O autor conclui que a cobertura do *JN* é pouco propositiva em relação à prevenção de riscos e a soluções para redução de impactos ambientais.

Segundo Teixeira (2014), a sobreposição do campo político sobre o campo ambiental, com predominância de fontes oficiais nas reportagens

produzidas, contribuiu para o apagamento da discussão sobre a consequência da legislação debatida para a preservação dos bens naturais. A autora reflete, portanto, que “[...] a adoção da visão sistêmica, que é a ‘alma’ do jornalismo ambiental, pode contribuir com o telespectador - através de uma abordagem com transversalidade, com proximidade, com exemplos do cotidiano -no processo de compreensão da notícia ambiental” (Teixeira, 2014, p.119).

Carvalho (2018) explica que a ocorrência de entrevistados de perfil técnico e especializado em apenas uma das cinco reportagens analisadas é um dos indícios de pouco aprofundamento e contextualização sobre a complexidade da tragédia social e ambiental vinculada à mineração. Ainda segundo o autor, o arco dramático da narrativa se estabelece na medida em que os repórteres se posicionam em solidariedade às vítimas, com cobertura na qual predomina a dimensão humana da tragédia. No entanto, completa, as reportagens não problematizam o desastre nem responsabilizam a negligência da empresa Samarco e de suas controladoras - Vale e BHP - sobre um evento que poderia ter sido evitado. Assim, *JN* minguiu debates importantes sobre mineração que sucederam o desastre.

Centrada no tema das mudanças climáticas, Zaguetto Alves (2011) observa que edições de 2009 sobre o tema no *JN* foram construídas a partir do medo, reforçando os efeitos catastróficos das mudanças do clima, e apresentando soluções tecnológicas e associadas a mecanismos de mercado, alinhadas ao modelo de desenvolvimento que gera a crise ambiental. A autora destaca que as consequências das fortes chuvas, cobertura constante nos meios de comunicação há anos, continuam sendo enquadradas de forma sensacionalista.

Mas, ano após ano, o problema persiste e os textos das notícias são praticamente os mesmos. Pois a resolução dos problemas depende de mudanças profundas na sociedade, que vão do planejamento urbano à superação das desigualdades sociais, passando pela concepção que temos sobre como interagir com o ambiente. E agora, no contexto das mudanças climáticas, problemas tão complexos passam a ter um novo significado (é um significado a mais, não estamos dizendo que agora passam a ser somente relacionados às mudanças climáticas) que o

simplifica: sua resolução passa a ser basicamente a redução de emissão de gases de efeito estufa (Zaguetto Alves, 2011, p.85-86).

Investigações que tratam da comunicação das mudanças climáticas destacam que as imagens podem contribuir com o aumento do conhecimento e a preocupação sobre o tema, desde que não haja preponderância de sentimentos negativos, a exemplo da culpa e da desesperança (e.g. Wolf & Moser, 2011). Logo, o papel-chave desenvolvido pelas televisões para a sensibilização ambiental, sobretudo aquelas que atingem milhões de pessoas, precisa ser considerado e mais amplamente estudado.

A seguir, propomos uma análise ampla sobre a cobertura ambiental no *JN* frente a um contexto político inédito no País: a eleição democrática de um governo de extrema-direita, com visão claramente utilitarista do meio ambiente. Também observamos com atenção especial como a emergência climática está sendo tratada por esse telejornal, visto que esta pauta está cada vez mais presente no cotidiano dos brasileiros e demanda urgência em ações para sua mitigação e adaptação.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE

A fim de observar a frequência e os enfoques dados à cobertura ambiental no primeiro semestre de 2019, coletamos todos os conteúdos relacionados de forma explícita com questões ambientais nesse período e os classificamos por categorias, a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Os vídeos foram coletados na plataforma digital *Globoplay*⁴, onde foi possível verificar todas as reportagens e notas transmitidas desde o dia 1º de janeiro até dia 30 de junho.

Nesse período foram registrados 384 conteúdos, contabilizando boletins (sobretudo a respeito do rompimento de barragem de minério em Brumadinho, no estado de Minas Gerais, do qual falaremos mais adiante) e chamadas com destaque para reportagens ambientais do *JN* ou para o *Fantástico* (programa dominical tradicional de informação e entretenimento da *Rede Globo*).

4 Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/>

O *Jornal Nacional* vai ao ar de segunda-feira a sábado e, nesse período, totalizou 155 programas, sendo que apenas 27 deles não tiveram nenhum conteúdo marcadamente relacionado ao meio ambiente (destaca-se que previsões do tempo foram excluídas dessa triagem, mesmo que elas tragam explicações relacionadas aos fenômenos meteorológicos e alertas associadas a chuvas fortes, secas e ondas de calor, por exemplo). Isso quer dizer que no primeiro semestre a pauta ambiental esteve presente em 82,59% das edições do *JN* - um número bastante representativo se considerarmos trabalhos acadêmicos anteriores que mencionaram a escassez do assunto no telejornal de maior audiência do Brasil.

É importante notar que além do tema ambiental estar presente na maioria das edições do *JN* no período analisado, há expressiva quantidade de tempo destinada a reportagens e notas, se compararmos com os registros de estudos anteriores. Verificamos que o tempo dedicado a esses assuntos nos seis primeiros meses de 2019. Se considerarmos o tempo médio de cada edição (45min, conforme registrado no site do programa), suas seis edições semanais, durante todo o período em análise (de janeiro a junho), totalizam 6.480 minutos de telejornalismo ou 108 horas. Nosso *corpus* soma pouco mais de 16h (16:14:13), o que representa que 14,81% das temáticas veiculadas pelo *JN* referem-se à questão ambiental. Se nos detivermos apenas às notas (cobertas e peladas⁵) e reportagens (excluindo-se, portanto, boletins e chamadas para programas), temos mais de 14h (14:14:04) ou 12,96% do conteúdo total.

Veja o gráfico abaixo relativo ao tempo destinado à cobertura ambiental:

5 Notas, em telejornalismo, são relatos sintéticos dos fatos feitos pelos apresentadores ou âncoras. As notas cobertas são narradas enquanto se mostram imagens estáticas ou em movimento enquanto as peladas não possuem apoio imagético.

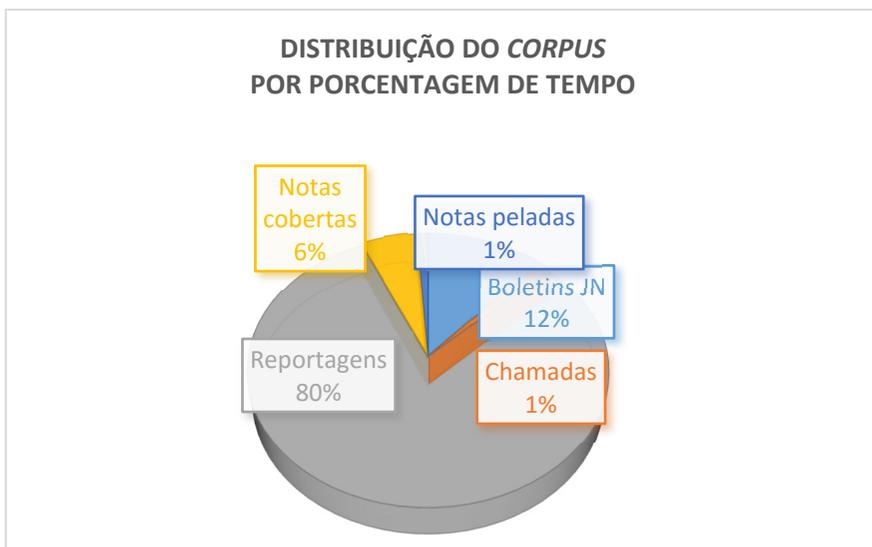


Figura 1: Tempo destinado à cobertura ambiental em JN em cada um dos gêneros jornalísticos identificados

Na análise por enfoque, após observarmos todos os vídeos coletados, seguindo a lógica de uma leitura flutuante, elaboramos categorias temáticas, segundo as seguintes descrições:

- *Impactos, desastres e crimes ambientais* - engloba conteúdos decorrentes de eventos extremos e de crimes ambientais, ambos associados a desastres ambientais, além de todos os impactos negativos que afetam a relação homem-natureza.
- *Educação e cuidado ambiental* - abarca conteúdos que mostram formas de conservação e preservação, assim como outras ações para uma perspectiva ambiental, trazendo uma abordagem orientada para conscientização e educação ambientais.
- *Gestão e política pública ambiental* - reúne conteúdos a respeito de decisões políticas e de governança que afetam o meio ambiente, especialmente aquelas ligadas ao poder público nos diferentes âmbitos (federal, estadual e municipal).
- *Natureza como recurso econômico* - conteúdos que falam dos recursos naturais como algo a ser explorado para beneficiar a economia.

- *Relação do ambiente com saúde* - engloba notícias que tratam da interface entre saúde e meio ambiente, desde que a relação seja explícita.
- *Curiosidades relativas à fauna* - conteúdos pitorescos sobre animais.
- *Descobertas ou estudos científicos (monitoramento de problemas ambientais)* - abarca conteúdos derivados de pesquisas científicas sobre aspectos ambientais, assim como relatórios de ONGs ou da ONU.
- *Outros* – comemorações, obituários e demais assuntos que não se enquadram nas categorias anteriores.

A predominância de enfoque guiou nossa classificação e, como tivemos uma tragédia (anunciada) em janeiro, relativa ao rompimento de barragem de minério em Brumadinho, localizada no estado de Minas Gerais, grande parte dos conteúdos do começo do ano se centraram na cobertura e acompanhamento do caso, tornando a primeira categoria ainda mais evidente.

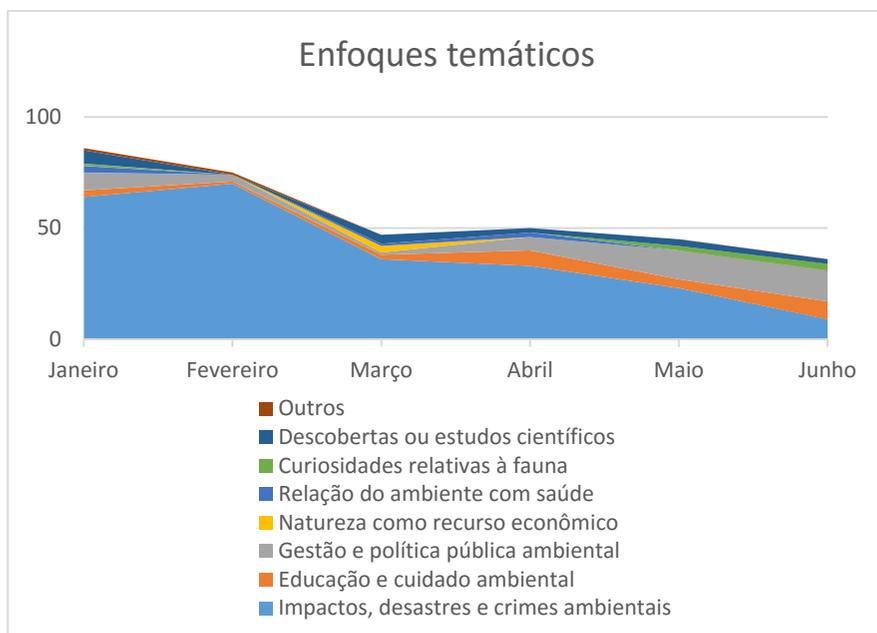


Figura 2: Predominância dos enfoques temáticos identificados ao longo do período analisado

Verificou-se que a categoria *Impactos, desastres e crimes ambientais* predominou ao longo do primeiro semestre, em razão da dimensão e da gravidade da tragédia de Brumadinho, ocorrida pouco mais de três anos após o rompimento da barragem em Mariana, no mesmo estado, lembrando que pouco foi feito para se evitar novos danos, mesmo depois da tragédia de 2015. Além dos prejuízos socioambientais, a sequência de reportagens revelou a fragilidade na fiscalização das atividades de mineração do Brasil, os efeitos sociais, econômicos, ambientais e culturais dos atingidos, acompanhou o longo período de buscas pelos corpos que foram sufocados pela lama de rejeitos e as decisões associadas à responsabilização da empresa. Após as mortes de mais de 250 pessoas e inúmeros prejuízos ambientais, o telejornal seguiu acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, inclusive alertando para os riscos de rompimento de barragens em outros lugares.

Mas o volume detectado na pesquisa nesta categoria mostra também outro problema ambiental recorrente no verão brasileiro: os impactos decorrentes de chuvas fortes e temporais, principalmente no Sudeste. Tal resultado justifica-se por reforçar uma série de critérios de noticiabilidade (interesse humano, grande número de impactados, tragédia). Hannigan (1995, p.88) enfatiza que “as catástrofes ambientais são o ‘sal’ da cobertura noticiosa”. O gráfico abaixo revela uma subcategorização realizada a partir da categoria *Impactos, desastres e crimes ambientais*, apenas com os dois temas que mais apareceram no primeiro semestre de 2019:

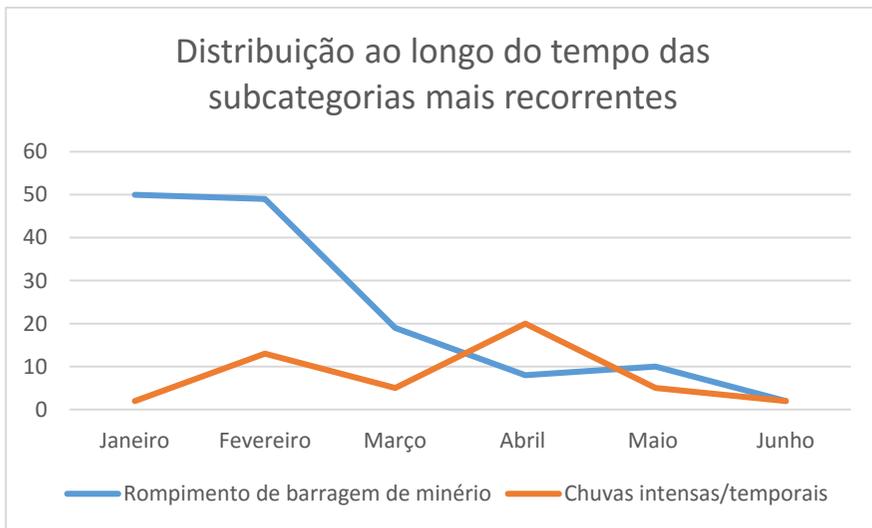


Figura 3: Subcategorias mais recorrentes ao longo do período analisado

As chuvas intensas/temporais recebem mais atenção em abril e fazem parte de uma cobertura rotineira que se detém majoritariamente nos estragos, mas também pontua questões de gestão das cidades e de suas relações com as mudanças do clima. Este tensionamento ocorreu por ocasião das intensas chuvas que atingiram, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro naquele mês. Zaguetto Alves (2011) recorda que a primeira grande cobertura jornalística da *Globo* foi a enchente de 1966 no Rio de Janeiro, quando, por meio de uma grande campanha para ajudar os desabrigados, conquistou a audiência local. Desde então, cobrir as consequências das chuvas tem se tornado rotina, muito por conta das imagens dramáticas que geram apelo.

Além de repercutir, como já é de praxe neste tipo de situação, os números de mortos, feridos e localidades afetadas, a cobertura apresentou o estudo de climatologistas, indicando a intensificação e aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos em grandes cidades brasileiras no contexto de mudanças climáticas. Esse enfoque foi sendo incorporado com a ascensão do tema “mudanças climáticas”. Embora sendo um fenômeno com uma representação abstrata, as imagens de seus efeitos (dentre elas as das chuvas intensas, com deslizamentos de terra e

inundações) costumam ser valorizadas e repetidas. *JN* apresenta tal questão quando inclui em suas reportagens a discussão sobre o planejamento urbano e as medidas demandadas ao poder público para enfrentar o problema. Notas, pela própria brevidade do formato, tendem a focar só nos prejuízos.

Ainda sobre os enfoques temáticos, o gráfico 2 evidencia que, com o distanciamento temporal da tragédia de Brumadinho, conteúdos associados à categoria *Gestão e política pública ambiental* começam a ser mais frequentes, somando no período 45 conteúdos (ou 13,27% do total de reportagens e notas em relação às demais categorias). Há em janeiro, período dos anúncios do novo governo, uma série de conteúdos atrelados às mudanças na gestão pública, mas que só recebem mais atenção a partir de abril, quando efeitos econômicos acarretados por tais mudanças começam a se tornar concretos. No conjunto, predominam reportagens sobre decisões preocupantes do Ministério do Meio Ambiente e algumas desistências em medidas já implementadas após repercussão negativa na esfera pública e perante a comunidade internacional.

Isto se aplica, por exemplo, aos registros de interferência do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles na gestão do Fundo Amazônia. A cobertura sobre o assunto culminou em maio, quando o ministro anunciou a intenção de utilizar os recursos repassados por Alemanha e Noruega para a preservação da floresta na indenização de proprietários rurais desapropriados de unidades de conservação - à revelia dos países doadores. No mesmo período, repercutiu também a proposta de transformar a Estação Ecológica de Tamoios, no estado do Rio de Janeiro, litoral do Sudeste brasileiro, em um polo turístico - a “Cancún brasileira”, como denominou Bolsonaro. Na localidade, por coincidência, o então deputado federal foi multado por pesca ilegal em 2012. Em dezembro de 2018, entretanto, a multa foi anulada e o servidor responsável por aplicar a penalidade foi exonerado do cargo de chefia. Todo esse histórico é resgatado pelo *JN* em reportagem com duração de 7 minutos e 21 segundos, duração extensa para uma reportagem televisiva.

Sobre a emergência climática, identificamos que há conteúdos mais orientados para a categoria *Educação e cuidado ambiental* (seis de 16). É

importante dizer que aqui contabilizamos somente os vídeos com foco central na questão climática, mas, como constatamos nesta análise inicial, causas, consequências e formas de enfrentar a crise climática perpassam todos os meses analisados, ainda que faltem conexões explícitas (como ocorrem com as matérias associadas aos efeitos de chuvas intensas, ciclones e estiagens, ou ainda que tratem do desmatamento, das queimadas e do enfraquecimento de políticas públicas).

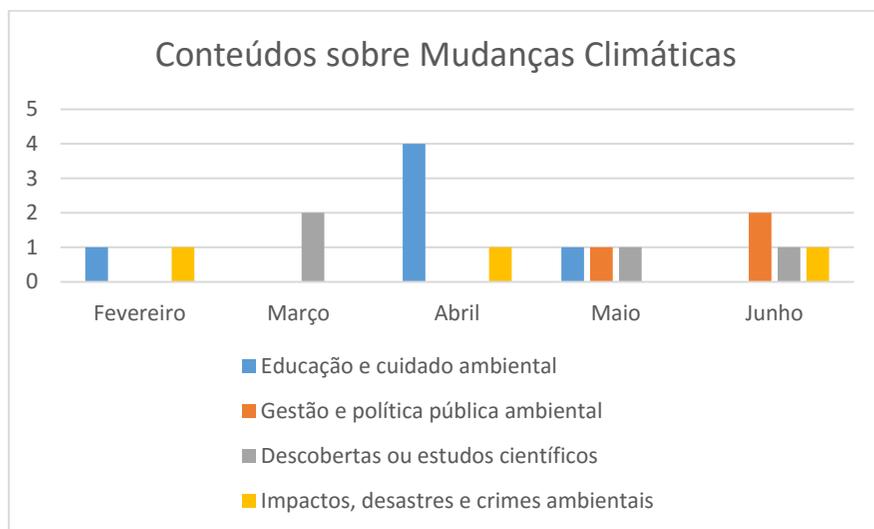


Figura 4: Ocorrência de conteúdos sobre mudanças climáticas em categorias identificadas ao longo do período analisado

As mudanças climáticas repercutiram no noticiário internacional sobretudo a partir das greves do clima na Europa, vinculadas à categoria da *Educação e cuidado ambiental*, especialmente por meio do relato de correspondente do Reino Unido. Ao visibilizar desde os atos organizados por crianças e adolescentes, em fevereiro, até protestos que levaram à paralisação do centro financeiro de Londres e à prisão de mais de mil pessoas, em abril, o telejornal facilitou a compreensão do contexto noticiado em maio, quando o Parlamento britânico decretou emergência climática baseado em argumentos já defendidos pelos ativistas.

Relatório da ONU e outros estudos atrelados aos desdobramentos da intensificação climática também apareceram no período, totalizando quatro conteúdos na categoria *Descobertas ou estudos científicos*. Já em *Gestão e política pública ambiental* foram incluídos os desdobramentos

de anúncios do presidente sobre a possível saída do Acordo de Paris e a possível suspensão da Semana do Clima, ocorrida em Salvador, como exemplos das medidas anti-meio ambiente do atual governo. Na contramão das más notícias, no dia 25 de abril informa-se que onze estados e o Distrito Federal irão se unir para combater o aquecimento global.

Na análise específica sobre a questão climática, nota-se que o tema não foi prioridade no primeiro semestre de 2019, apesar das muitas reportagens e notas que focaram em chuvas intensas, ciclones, estiagens, e ondas de frio e de calor. A polêmica sobre o uso do Fundo Amazônia, o aumento do desmatamento e a dificuldade de controlar queimadas também poderiam ser articulados à emergência climática, mas, talvez pela lógica enxuta do meio televisivo, na qual reportagens mais longas, que permitem o aprofundamento, não são a regra, o assunto aparece de forma fragmentada.

Reconhece-se uma mudança de perfil do *JN* no que tange à maior frequência de pautas ambientais, sobretudo porque elas permeiam diferentes editoriais. Porém, a urgência de ligações do campo climático com as ações do nosso cotidiano e com outras problemáticas já conhecidas precisa ser ampliada. Detectamos que há muitas oportunidades para avançar na discussão do tema a partir do que já é coberto pelo telejornal mais tradicional do Brasil. A integração dos assuntos e, portanto, o rompimento com um enfoque único, é uma das maneiras assinaladas para que a cobertura possa ser mais qualificada sob as lentes do Jornalismo Ambiental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recordamos que este artigo teve por base a observação das notícias sobre meio ambiente veiculadas pelo *Jornal Nacional*, principal noticiário da *Rede Globo*, nos primeiros seis meses de 2019. Com o objetivo de verificar a frequência e o enfoque dessas notícias, partimos da hipótese de que o meio ambiente se tornou pauta constante e transversal, fugindo ao que a literatura na área evidenciava até então.

Como método adotamos a Análise de Conteúdo, que foi operacionalizada através de oito categorias temáticas, nomeadas a seguir: *Impactos*,

desastres e crimes ambientais; Educação e cuidado ambiental; Gestão e política pública ambiental; Natureza como recurso econômico; Relação do ambiente com saúde; Curiosidades relativas à fauna; Descobertas ou estudos científicos (monitoramento de problemas ambientais); e Outros. Também nos debruçamos sobre a frequência da aparição das mensagens ambientais por meio de uma análise quantitativa do tempo correspondente ao *corpus*.

Os resultados dessa pesquisa confirmaram nossa hipótese de que o meio ambiente foi pautado pelo *Jornal Nacional* em quase todas as edições de janeiro a junho de 2019, ampliando o espaço dado ao tema. Além disso, o foco tradicional em denúncias, desastres ou efemérides foi ultrapassado, percebendo-se um jornalismo mais alinhado com as decisões político-econômicas do Brasil, transversal a várias editoriais.

As ações e os posicionamentos políticos do presidente Bolsonaro, bem como do ministro do Meio Ambiente, relacionados à exploração ambiental e ao desmonte da política ambiental do País, geraram um debate sobre o cuidado que devemos ter com o planeta no qual habitamos no telejornal mais tradicional do Brasil. Destacamos aqui a repercussão sobre a interferência de Ricardo Salles na gestão do Fundo Amazônia, que ganhou espaço recorrente nas edições do *JN* e demonstrou a transversalidade da pauta ambiental através da abordagem do tema no contexto político – correspondendo, portanto, à categoria *Gestão e política pública ambiental*.

Ao longo da análise, observamos que as tragédias continuam sendo motivadoras de grandes coberturas. O rompimento da barragem de minério de Brumadinho e os estragos decorrentes das chuvas fortes, que tendem a se intensificar ainda mais com as mudanças climáticas, geraram 137 e 47 conteúdos respectivamente. Mesmo que outras abordagens se façam presentes, os critérios de noticiabilidade do jornalismo tendem a dar destaque para acontecimentos dessa natureza.

Por aparecer em quatro categorias da análise, esperávamos que a emergência climática tivesse mais espaço na cobertura de *JN*. Mesmo assim, percebemos que uma de suas consequências, as chuvas extremas, tiveram destaque ao longo do semestre. A nossa observação dos fatos da área

política e ambiental no Brasil, no segundo semestre, nos indica que a decisão de presidente de suspender a realização da COP-25 na cidade de Salvador, a intenção anunciada de romper com o Acordo de Paris, bem como a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Dr. Ricardo Galvão, por conta da divulgação de dados sobre o aumento do desmatamento da Amazônia, tenham provocado o aumento da cobertura sobre as mudanças climáticas. Podemos assim supor que o “efeito Bolsonaro” aumentou a cobertura do *Jornal Nacional* sobre as mudanças climáticas (induzida por ações que negam ou agravam o problema).

Retomando as premissas do Jornalismo Ambiental, reafirmamos nossa convicção de que é possível e necessário que a cobertura sobre meio ambiente, e mais especificamente, sobre o clima, adote a visão sistêmica, mostre a complexidade dos eventos ambientais e dê voz à cidadania. O *Jornal Nacional* apresentou matérias bem elaboradas sobre temas ambientais, o que abre a perspectiva da esperança de que essa postura possa ser incorporada e melhorada em suas práticas cotidianas, não deixando o interesse econômico ofuscar o olhar cuidadoso para com o planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. (2011). *Análise de conteúdo* (edição revista e ampliada). São Paulo: Edições 70.
- BRANDI, D. P. (2018). *Agenda do meio ambiente no Jornal Nacional: Avaliação da qualidade da relevância temática*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe.
- BRUM, E. (2019) *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.
- CARVALHO, D. (2018). *O caso Samarco no Jornal Nacional: narrativas e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GIRARDI, I. M. T., SCHWAAB, R., MASSIERER, C., & LOOSE, E. B. (2012). Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. *Comunicação & Sociedade*, 34(1), 131–152.

- HANNIGAN, J. (1995). *Sociologia Ambiental - A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LESTINGE, R. (2008) *A visão da ecologia no Jornal Nacional*. Piracicaba: Universidade de São Paulo.
- MORIN, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- TEIXEIRA, T. G. (2014). *A cobertura sobre o Código Florestal no Jornal Nacional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- WOLF, J., MOSER, S. (2011). Individual understandings, perceptions, and engagement with climate change: Insights from in-depth studies across the world. *Wiley Interdisciplinary Reviews—Climate Change*, 2(4), 547-569.
- ZAGUETTO ALVES, A. P. (2011). *O Jornal Nacional e a crise ambiental: uma análise crítica do discurso das notícias sobre as mudanças climáticas*. Piracicaba: Universidade de São Paulo.